

*Mulheres no cotidiano: educação e regras de civilidade
(1920/1950)**

JANE SOARES DE ALMEIDA
Universidade de Sorocaba

Resumo: Artigo decorrente de pesquisa sobre o cotidiano feminino no período de 1920 a 1950. Foram utilizados como fontes empíricas principais três manuais de civilidade e regras de etiqueta, objetivando uma revisão histórica de aspectos da vida das mulheres, no contexto de Portugal e Brasil, com a finalidade de recuperar uma História pautada na invisibilidade. Os manuais analisados, veiculados em Portugal e no Brasil, eram consultados por mulheres de elite que neles se espelhavam para desempenhar papéis comportamentais na sociedade e permitiram entrever fragmentos esparsos da vida das mulheres, pelo grande número de regras sociais que normatizavam seu comportamento.

Palavras-chave: História das Mulheres; Educação; Cotidiano.

Abstract: Article arising from research on everyday women in the period 1920 to 1950. The sources are three major empirical textbooks of civility and etiquette, aiming a review of historical aspects of women's lives in the context of Portugal and Brazil, with the aim of recovering a story based on invisibility. The textbooks analyzed, served in Portugal and Brazil, were attended by elite women in them are mirrored to behavioral roles in society

* Artigo submetido à avaliação em 1 de setembro de 2014 e aprovado para publicação em 2 de outubro de 2014. Pesquisa financiada pelo CNPq na modalidade Produtividade em Pesquisa. A pesquisa também contou com apoio da FAPESP como auxílio a viagem ao exterior.

and give us a glimpse scattered fragments of women's lives, with the large number of social rules that normalizing their behavior.

Keywords: History of Women; Education; Everyday.

Introdução

No mundo ocidental, o século XX, em seus anos iniciais, plasmou atores sociais diferenciados e respaldados pelos princípios liberais que defendiam a liberdade, a individualidade e a igualdade entre homens e mulheres, embora emoldurados pelas normas sociais vigentes. No plano educacional, em países como Portugal e Brasil, a expansão da demanda pela escola não refletiu as necessidades efetivas do desenvolvimento econômico por caminhar em sentido inverso ao das necessidades sociais, o que promoveu um aprofundamento do abismo existente entre a educação e o desenvolvimento. Alinhada ao poder dominante, a educação desempenhou o mesmo papel conservador dos anos pré-republicanos e as transformações operadas em ambos os países possibilitaram a abertura de um espaço político para a classe média que ampliava suas exigências educacionais.

Nos dois países, a parcela feminina da população reclamava maior nível de instrução e acesso a um diploma que permitisse o desempenho de uma profissão social e familiarmente aceita, como o magistério de crianças. Para esse fim, escolas normais foram criadas nos vários centros povoados, por parecerem ter satisfeito as aspirações das jovens oriundas da classe média da sociedade. Para a admissão nas escolas era exigida a verificação da idade, da saúde, da inteligência e da personalidade dos/as candidatos/as, fato demonstrativo da elitização do curso no período, nos rastros de uma política educacional bastante autoritária. A necessidade da educação de meninas se fazia presente nas políticas educacionais numa tentativa de democratização de gênero ao acompanhar os sofismas liberais que articulavam a educação diretamente com o desenvolvimento.

No Brasil, nas primeiras décadas dos anos noventa, o magistério primário se estruturava como profissão feminina e as escolas normais se alicerçavam como centros de excelência e irradiadores de cultura. Quando procurados pelas moças, os cursos exigiam que se apresentasse autorização do pai ou do marido no ato da matrícula, além da reputação ilibada dos/as candidatos/as. Nas escolas públicas e classes protestantes, meninos e meninas se reuniam para instrução conjunta, o que não acontecia nas escolas católicas devido ao veto da Igreja à coeducação. Havia posturas diversas quanto aos fins últimos da tarefa educativa em razão dos diferentes destinos que eram reservados para homens e mulheres no mundo social e familiar, no espaço público e privado.

As escolas protestantes, adeptas do regime coeducativo, a partir de 1870 buscaram ampliar sua esfera de atuação no País, com objetivos igualitários e democráticos quanto aos dois sexos, mas também não se afastavam desse ideário por seu nível de alcance ser pouco abrangente num país católico, apesar das escolas fundadas nos mais variados recantos do País. Isso porque a sociedade brasileira não apresentava condições para implantar mudanças que realmente alterassem as expectativas sociais para ambos os sexos e os papéis que deveriam representar na vida adulta.

Mesmo com os obstáculos morais levantados pelos expoentes do catolicismo conservador, os vários estados da federação, inspirados principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, paulatinamente adotaram nas escolas públicas o funcionamento das classes mistas. Essas classes, regidas por professores e professoras se configuravam como um avanço significativo em relação ao século XIX. No entanto, a visão positivista herdada dos oitocentos, de nomear as diferenças, sem atentar para as relações entre os sexos, aliada à moral cristã e às expectativas sociais, impedia que os legisladores e a sociedade captassem a verdadeira necessidade da educação feminina. Esta se definia por uma visão excludente, pela qual as mulheres teriam o direito de obter conhecimentos próprios do mundo público, acerca da política, das esferas produtivas, do trabalho e da ciência, normalmente transmitidos apenas ao sexo masculino, de maneira que isso as capacitasse para assim poderem educar os homens. Esse sentido, se devidamente contemplado, instituiria um paradoxo

em relação às normas sociais que desejavam manter as mulheres no recesso dos lares.

A declarada função social atribuída à escola levou a novas preocupações com a educação de meninas e com a formação de professoras. As mulheres foram consideradas as responsáveis diretas pelo sucesso educacional, da mesma forma que o eram na manutenção do arcabouço familiar que, por sua vez, era o sustentáculo da Pátria. Os detratores do excesso de instrução para as mulheres e da coeducação dos sexos nos anos de 1920/40, em seguimento às ideias veiculadas nas décadas anteriores, foram veementes em assinalar o perigo de proporcionar demasiados conhecimentos ao sexo feminino. Com a farta discussão liberal dos anos republicanos, a profissionalização das mulheres e sua ida ao mercado de trabalho, a concessão de direitos cívicos como o voto e a inserção na política foram combatidos por serem considerados fatores de desestabilização social e um atentado às recomendações religiosas. Num sistema social hierarquizado, com profundas diferenciações de gênero, a desigualdade entre os sexos atingia todos os setores, com especial ênfase no mundo do trabalho e no acesso aos bens econômicos. O campo da política, por seu farto poder decisório, também era vedado às mulheres.

Para os diversos setores do ambiente citadino, as leis naturais tinham estabelecido o lugar das mulheres no lar e o dos homens na vida pública. Juntar seres tão diversos e com destinação social diferente se constituía numa inobservância das leis divinas e da natureza; subverter essa ordem seria desobedecer a Deus. Uma educação diferenciada para meninos e meninas, de acordo com a herança do passado, não poderia ter seus princípios alterados por ser antinatural e fundamental para a estabilidade do arcabouço familiar. Em nome de Deus, da Família e da Pátria, se mantinha o lugar das mulheres restrito ao recesso do lar, e as diferenças biológicas se constituíam em aval para a opressão e submissão aos jogos do poder.

Nas três primeiras décadas do século XX as mulheres conseguiram maior acesso à instrução, o direito ao voto e o ingresso no ensino superior, porém os ideais católicos e positivistas continuaram a impregnar a mentalidade brasileira durante longo tempo. Não é demais lembrar, mais uma vez, que a

cultura portuguesa legada ao País, determinante para esculpir na sociedade brasileira os contornos definidos para o desempenho dos papéis sexuais, foi eficiente em construir uma mentalidade na qual o espaço feminino por excelência era o recesso do lar. Para a nação lusitana tradicional e conservadora, a responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado.

A independência econômica das mulheres, obtida pelo desempenho de uma profissão e sua autonomia intelectual representada por uma educação igual à dos homens, significava a ruptura com acordos estabelecidos desde outros tempos e poderia ocasionar desordem social. Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçava os lares, a família e os homens. Demasiados conhecimentos, de acordo com a imagética portuguesa, e também a brasileira, eram desnecessários, pois, poderiam prejudicar a sua frágil constituição física e emocional, além de serem menores suas capacidades intelectuais. Nisso concordavam católicos, não católicos e até mesmo as próprias mulheres, em vista da força desse imaginário no mundo social em que viviam. A população seguia as regras ditadas pelas elites, aprofundando o fosso que separava homens e mulheres.

A cultura lusitana deixou resistentes raízes na sociedade brasileira na definição dos papéis sexuais e em limitar a responsabilidade feminina às fronteiras domésticas e as ideias progressistas e libertárias, comungadas pelos liberais republicanos e intelectuais de vanguarda, não conseguiram romper com esse padrão. Com o acesso à educação, homens e mulheres continuaram a possuir diferentes destinações sociais, o que implicava em se manter a ordem social vigente desde a Colônia, que se estendeu do Império aos tempos republicanos, sem alterações significativas.

Nos anos de 1930, a Igreja católica se engajou na luta por um maior espaço na educação, com a intenção de readquirir maior controle social sobre a população, perdido com o advento da República. Os católicos consideravam que os problemas na educação eram originados da Reforma Protestante e da Revolução Francesa, ao apontarem o fosso profundo que separava o ensino laico do ensino religioso católico. De acordo com a ideologia católica, o laicismo provocou a separação entre educação e instrução e, por consequência,

entre o homem e o cidadão. Ao se restabelecer o elo com a educação religiosa, se restabelecia o ensino humanista voltado para as necessidades da sociedade. Nesse contexto, a educação desde a mais tenra idade deveria ser regrada e regulamentada, para não colocar em risco o desempenho dos papéis reservados a cada sexo. Durante todo o tempo, o discurso social caracterizou-se dentro dos princípios da ideologia masculina, numa sociedade que se assumia androcêntrica e orientada no plano da religiosidade pelo catolicismo.

No cenário republicano, as mulheres eram as principais destinatárias de uma ideologia que se centrava na vigilância e na profecia de destinos para cada sexo: aos homens, o espaço público, a política, a gerência de recursos, a liberdade; para as mulheres, o espaço privado, a dependência financeira e emocional, a castidade. No período do pós-guerra, principalmente nos países campo do conflito, as reivindicações das feministas se concentravam no repúdio à educação diferenciada para meninos e meninas, e denunciaram que isso se evidenciava na distinção dos currículos, prática inspirada na crença, segundo a qual, as mulheres possuíam menos habilidades intelectuais do que os homens. Tal concepção justificava um ensino pouco abrangente e voltado para as questões domésticas, do que propriamente preocupado em fornecer uma boa instrução.

A separação da Igreja dos assuntos do Estado e a proibição de ensino religioso nas escolas, conforme as normas republicanas, não ausentou a influência ideológica do catolicismo como a religião dominante entre a população no seu cotidiano. O matrimônio indissolúvel, os ritos do batismo, comunhão, crisma, extrema unção impregnavam há mais de três séculos o imaginário brasileiro e não seria o ato político de se depor um imperador português e instituir um regime republicano que ausentaria o povo desses rituais e de sua influência.¹ A educação escolar não fogia dessa perspectiva, pois quem ensinava nas escolas também pertencia à população e vivia na

¹ Ainda nos tempos atuais, no século XXI, esses rituais fazem parte da imagética romântica das jovens quanto ao casamento religioso, assim como os demais atos da sacralidade católica que continuam impregnando fortemente o cotidiano da população.

sociedade brasileira fazendo parte do intenso intercâmbio cultural que a urbanização proporcionava e incorporando a imagética social do período.

Quanto à escolaridade e profissionalização

A Igreja católica, que sofreu um abalo com o ensino laico instalado no regime republicano, procurou ocupar novamente um espaço significativo na educação e recuperar sua influência na sociedade. Nos anos seguintes à implantação da República, apesar das restrições sofridas, isso não chegou necessariamente a abalar os fundamentos do catolicismo, nem ofereceu verdadeiro risco à Igreja católica ou lhe disputou a prioridade no Brasil, país essencialmente herdeiro de suas tradições, cuja população professava a religião de seus colonizadores. A educação religiosa tornou-se facultativa.

Nas escolas públicas, antes com total separação dos sexos em classes masculinas e femininas, as classes mistas se tornaram mais comuns, numa prática defendida pelo Estado. Aconselhava-se que no ensino secundário deveria haver separação dos sexos nas escolas e a educação das jovens se fizesse em estabelecimentos de ensino exclusivamente de frequência feminina. Essa prática estava pautada nas razões do conservadorismo vigente e visava conservar as mulheres em seus espaços tradicionais: os meninos continuaram a ser preparados para a inserção no mundo público, as meninas deveriam ser educadas para o desempenho do papel materno.

Os atributos femininos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade e espiritualismo significavam o contrário do que se esperava dos homens. As qualidades femininas as aproximavam ao arquétipo da Virgem da ideologia católica, e estavam voltadas para a preservação da família e dos valores cristãos. Instalou-se assim uma dupla moral social quanto aos direitos e deveres, que colocou o sexo feminino mais propriamente na escala dos deveres do que dos direitos. Pautadas por concepções nas quais a igualdade de direitos não era a tônica, a sociedade defendia que a educação não poderia transpor o espaço doméstico e educar uma menina ou uma jovem era projetar seu futuro como esposa e mãe.

Os colégios femininos mantidos pela Igreja representavam a solução para alguns problemas básicos dos católicos paulistanos ao propor uma proposta educativa que não atentava contra suas ideias tradicionais. Nestes colégios não havia comprometimento com os avanços modernos que tanto assustavam as oligarquias e a classe média, eram seguros para as famílias que desejavam que as filhas estudassem em bons colégios, fora do seu local de residência e a instrução religiosa se configurava como um dos mais caros ideais familiares dos conservadores. Além disso, preparavam-nas para o matrimônio, o que também significava a manutenção dos valores cristãos tradicionais, e não aceitavam a proposta da mesma educação para ambos os sexos. Preservava-se assim a ordem social vigente e não haveria riscos sociais de se libertar a mulher pela via da instrução, mantendo-se intocados a moralidade e os bons costumes cristãos.

As guerras no continente europeu na primeira metade do século XX haviam deixado marcas no cenário social e cultural. O panorama do mundo e as mentalidades mudaram junto com as fronteiras geográficas e havia modelos normativos de homens e mulheres, de provedores da família e rainhas do lar, de meninos educados para o enfrentamento da vida e das meninas preparadas para serem as futuras mães de família. As revistas femininas, os manuais de civilidade, as regras de etiqueta, os livros de literatura para moças, os livros escolares, as poesias chegavam ao Brasil, vindas da Europa, em especial de Portugal e França, e modificavam a cultura e os espaços da sociabilidade.

A ideia do lugar das mulheres ser no lar continuou a fazer parte das aspirações da sociedade organizada, apoiada na manutenção da família como *celula mater* e durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou uma das poucas carreiras abertas às mulheres, mesmo com inegáveis conquistas em outros campos. A melhor aceitação da profissão de professoras e as escassas oportunidades nas demais fez do magistério a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade do trabalho do lar. A ordem social vigente se manteve, e com a maior divulgação das escolas normais as mulheres teriam um curso profissionalizante que forneceria um diploma que lhes permitiria sustentar-se em caso de necessidade. A oferta de recursos humanos

para o Ensino Primário que se expandia estava assegurada e os lares não sofreriam a ausência feminina, pois cuidar de crianças e educá-las era o destino que se esperava fosse cumprido. Alicerçava-se assim o ideário proposto e se perpetuava a tradição.

Se nos tempos coloniais, o casamento era a alternativa para a vida conventual escolhida pelas mulheres de classe privilegiada, que gostariam de livrar-se de um pai opressor, um marido não desejado, ou mesmo adquirir maiores conhecimentos, no século XX, sua posição social sofreu alterações. Com a República puderam reivindicar por uma educação mais cuidadosa, apesar de se manter a supremacia masculina. Alçadas à categoria de *rainhas do lar*, graças ao imaginário social do período, deveriam dedicar-se integralmente à família e aos cuidados domésticos. Como professoras, seriam as *segundas mães* dos alunos, aliando à devoção requerida pela Igreja, o cuidado e a responsabilidade pelas gerações futuras.

No novo cenário social, as mulheres deveriam cultivar-se para viverem em sociedade e serem agradáveis aos homens. Não poderiam concorrer com eles profissional e intelectualmente, isso ultrapassaria os limites da segurança social e representaria um risco, se lhes fosse dado liberarem-se economicamente dos maridos ou dos pais e tornarem-se iguais no intelecto. Em princípio, lhes caberia regenerar a sociedade e para isso precisariam ser instruídas, de forma que o lar e o bem estar do marido e dos filhos fossem beneficiados por essa instrução, que deveria reverter-se em benefício da família e, por meio desta, à Pátria que se expandiria cada vez mais em seu desenvolvimento, alinhando-se com as grandes nações do mundo. A função materna não mais era apenas biológica, mas social e patriótica. Situava-se nessa identidade uma representação da mulher burguesa educada que havia se radicado nas cidades, abandonando as distantes fazendas, sua antiga morada, e que agora transitava no espaço público e no mundo social e da política.

O grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelo Estado e pelos dirigentes do sistema escolar. O discurso da exaltação do magistério para ambos os sexos e sua conotação com dever sagrado impregnava as mentalidades acerca da profissão de professora. Paulatinamente, o trabalho feminino deixou de ser contingencial e ditado

apenas pelos atributos de vocação e missão tornando-se, no cenário econômico do século XX, uma exigência frente aos tempos que corriam. A classe média passou a considerar a utilidade do trabalho feminino como forma da família alcançar maior bem estar social, mas este não deveria transpor os limites do socialmente adequado e a profissão de professora se alicerçou como profissão feminina por excelência.

As mulheres nos fragmentos do cotidiano

O que se sabe sobre as mulheres que viveram no dia a dia nas diferentes épocas? Dificilmente será possível recompor a totalidade de sua história, mas as fontes historiográficas são retalhos de tempo a serem costurados metaforicamente; nessa tessitura o/a historiador/a conta com vestígios e pistas, que podem ser factíveis de erros, inconsúteis que são entre a realidade e a criação. Ao se incursionar pela hermenêutica da História, surgem indícios de tempos passados que podem ser reinterpretados.

Na História das Mulheres existe uma dupla dificuldade: se na História de todos os povos há lacunas explicativas, como quando se conta a saga dos vencedores, no caso das mulheres existem mecanismos dos setores de poder masculino que relegaram sua vida e seus feitos a plano secundário. Existe uma invisibilidade histórica quando se trata do sexo feminino, sinônimo de uma cultura sexista que desmerece seu protagonismo social, mesmo que este seja episódico por conta das raras aparições das mulheres no cenário público, por força do falocentrismo que permeia as relações sociais, em especial nas relações de gênero. Não se trata somente de proceder a um revisionismo histórico quanto ao protagonismo feminino e seu papel nas lutas sociais por maiores direitos; na História das Mulheres as fontes relegadas ao esquecimento emergem com categorizações distintas e são consideradas, dado o rico potencial que possuem na interpretação dos fatos passados.

Na revisão histórica sobre as mulheres, livre de qualquer sectarismo político, se justificam novas interpretações, feitas de forma equilibrada e criteriosa, capazes de iluminar o passado e o impacto de uma realidade que,

sufocada por preconceitos e ideologias equivocadas, manteve o sexo feminino nas fímbrias do sistema, sob o jugo desigual do poder.

Nas utopias feministas se considera que o caráter histórico das narrativas sobre mulheres é passível de reinterpretação e por isso mesmo modificável. Desde o século XV, na obra de Christine de Pizan,² *A cidade das damas* (1405), se pode entrever que a submissão das mulheres aos homens sempre significou uma exploração de natureza social e não determinada pelos aspectos biológicos do corpo feminino, pois os conteúdos negativos atribuídos pelos homens às mulheres representam um discurso socialmente construído, de acordo com a cultura de cada povo, nas diferentes épocas da História.

Na negação do pensamento feminista à essencialidade derivada das diferenças naturais, calcadas na fisiologia, permeia a visão, segundo a qual, as relações entre homens e mulheres, além de social e culturalmente construídas, também variam segundo o tempo histórico e as culturas de cada povo, fundamentalmente mediadas pela crença religiosa e ordenação política, que levam aos estereótipos de natureza sexual. Na necessidade de se proceder ao revisionismo histórico quanto às mulheres, fontes nem sempre consideradas espelham o potencial de se chegar a uma História factível de real aproximação com a História das Mulheres, encoberta ao longo dos séculos por força das relações desiguais de poder.

Michelle Perrot, (1988, p.185), ao abordar “o ofício do historiador”, observa que este é um ofício de homens que escrevem a História no masculino e os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, a História contempla o Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da *História*. Os materiais

² Christine de Pizan (1364/1430), filósofa francesa de origem italiana. Acredita-se que foi a primeira mulher a escrever sobre os direitos femininos e são várias suas obras sobre esse tema. No livro *Cité de las Dames*, combate a misoginia e elabora uma imagem de uma cidade na qual os direitos femininos são respeitados e as mulheres são consideradas como cidadãs (CALADO, 2006).

utilizados na escrita dessa história “são produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos [...]. Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem [...]. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?”

Na escrita da História das Mulheres se impõe o uso de fontes pouco ortodoxas, oriundas do espaço cotidiano. As demais fontes historiográficas, por serem escritas na maioria por homens, produzem o ocultamento de seu protagonismo histórico, com raríssimas exceções. É como se a História da Humanidade pertencesse somente aos representantes da parcela masculina da população, o que se configura como um falseamento da realidade; e proceder ao revisionismo histórico para se escrever a História das Mulheres significa reescrever a própria História. Longe de ser uma postura feminista reivindicatória, tal objetivo significa a adoção de uma atitude de justiça para com as mulheres e uma contribuição para que a igualdade deixe de ser a utopia desvendada nos escritos feministas.

Como escrever a História das Mulheres em vista do ocultamento histórico a elas imposto? Como fazer uso das fontes confiáveis e ir além da memória, dos depoimentos? No caso feminino, os documentos e as fontes escritas se situam na maioria no universo doméstico, na literatura dirigida às mulheres, nas cartas, diários íntimos, diários escolares, fragmentos da memória, entre outros. Nessa História, a abordagem dos estudos de gênero da crítica teórica feminista revela sua factibilidade e permite um redimensionamento para se proceder à revisão histórica, na construção e desconstrução dos percursos femininos e seu protagonismo no cenário da História. Para isso, pode-se lançar mão das fontes do cotidiano, o que também não se revela uma tarefa fácil. A História das Mulheres tem a seu favor esses fragmentos, os retalhos do cotidiano, para fazer emergir a presença feminina, que se diluiu na história oficial. Mesmo parcial, não deixa de ser um começo

para o revisionismo histórico, tendo por objetivo a fidedignidade aos tempos passados.

“Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?”

Do ponto de vista metodológico, selecionou-se para este trabalho algumas fontes que remetem ao cotidiano feminino, para escrever os fragmentos de sua História, representados pelos retalhos de tempo. Dada a sua exiguidade, não houve preocupação em delimitar uma periodização que precedesse a análise; esta decorreu daquilo que foi encontrado durante a pesquisa e colecionado ao longo do tempo, na tarefa de escrever sobre mulheres.

No caso deste artigo, foram utilizados três manuais sobre as regras de civilidade e etiqueta usados nos anos 1940/60 – *Na sociedade e na família*, de Emília de Sousa Costa, (1943, 416 páginas); e *Arte das boas maneiras*, de Berthe Bernage (1967, 298 páginas); *Manual de civilidade e etiqueta*, de Beatriz Nazareth (1914, 275 páginas). Os manuais, escritos em português, se inspiravam nos hábitos e comportamentos correntes na França, país que ditou os costumes do mundo europeu nessas décadas e em décadas anteriores. O contato com Portugal permitia que esses manuais fossem também divulgados no Brasil e influenciassem os costumes nacionais.

A autora Emília de Sousa Costa, escritora e feminista, declara que essa foi sua inspiração e que o livro refere-se a uma adaptação do francês; há registros de sua presença no Brasil na década de 1920/30 quando proferiu palestras em associações femininas em São Paulo e Rio de Janeiro. (ALMEIDA, 1998). Quanto à francesa Berthe Bernage, seu manual foi traduzido por Irene Fernanda dos Santos. O manual de civilidade de Beatriz Nazareth, em sua 9ª. edição, está também traduzido para o português. Os três livros foram impressos em Lisboa.³

³ Sua leitura se circunscrevia a uma classe social de maior poder aquisitivo, formada por mulheres letradas. No entanto, tomamos como diretriz o fato de serem escritos em português.

Manual 1: Na Sociedade e na Família - Emília de Sousa Costa⁴

O manual, na sua 4^a. edição está dividido em “regras de convivência; obrigações sociais; usos mundanos e notas íntimas”. Não foi possível, pelo espaço do artigo, fazer uma análise mais detalhada e interpretativa, e com o objetivo de proceder a informes historiográficos, optou-se por escolher alguns itens para levantar alguns vestígios para a interpretação da vida social do período e dar forma à tessitura histórica, o que implica em continuidade da pesquisa.

Nas primeiras décadas do século XX, a delicadeza vigente nas relações sociais permeava o trânsito entre as pessoas do mesmo sexo e, em especial, era dada ênfase ao tratamento cerimonioso dos homens para as mulheres:

O respeito pela mulher é a ideia fundamental da delicadeza masculina. O homem, que disto se convencer nunca será grosseiro. Adivinhará, sem auxílio de estudo prévio, que tem de ceder o passo a uma senhora; ocupar-se de sua vizinha à mesa; não ficar sentado quando uma senhora está de pé; aliviá-la do peso ou do incomodo de pacotes, ou pequenos embrulhos, se a acompanha a compras; abrir a porta da carruagem no caminho de ferro ou do automóvel, subindo ou descendo primeiro, para ajudá-la a subir ou descer (p. 6).

A imagética da fragilidade feminina tornava a mulher “merecedora, pela graciosidade das suas maneiras, pelo encanto de fina educação”, de receber as homenagens masculinas de deferência e respeito. Ao falar, a voz deveria ser “meiga, imprimindo-lhe inflexões suaves”; precisaria observar harmonia ao se vestir e ornamentar sua casa; vigiar as refeições a serem servidas à família e aos seus convidados; “educar a inteligência e o coração, de modo a

Esses manuais e sua análise se destinam a fornecer somente um panorama das possibilidades investigativas na História das Mulheres.

⁴ Emília de Sousa Costa (1877/1959) nasceu em Portugal e escreveu livros infantis e romances, além de manuais de etiqueta. Mesmo declaradamente feminista adotou posições conservadoras sobre as mulheres em seu tempo.

tornar felizes os que a cercam” (p. 8). Cumpriria a elas cuidar do bem estar e satisfação das necessidades do marido e dos filhos continuamente; aprenderem a ceder e ensinarem aos filhos a obediência, “pois a base de toda a educação assenta nos princípios ensinados na família” (p. 9).

As relações entre os sexos eram indubitavelmente generificadas e os papéis sociais claramente definidos quanto às expectativas de protagonismo social para homens e mulheres. As relações de alteridade fundamentavam-se num princípio solidamente alicerçado: as mulheres eram frágeis e deviam ser submissas, mesmo sendo inteligentes e educadas; na sua atuação se edificavam os valores da família e da sociedade. Estas recomendações possuíam um recorte de classe, dado que se referiam a mulheres em boa situação financeira e classe social privilegiada, e não se às mulheres da população em geral.

A autora elabora recomendações de civilidade desde o nascimento das crianças, do batismo, da escolha dos padrinhos, a ama e os cuidados infantis. O item II do manual refere-se à educação dos filhos e filhas. As meninas deviam ser sossegadas e quando pequenas comeriam com a sua criada ou ama, designada pelo nome francês *bonne*. Os criados se dirigiriam às crianças da casa com delicadeza, “sem nunca as tratarem por tu e não lhes entregarão coisa alguma de mão para mão. Uma fatia de pão, umas bolachas, um copo de leite apresentá-los-ão sempre num prato, ou numa bandeja” (p. 56).

Ao se referir aos professores e preceptores, indica o extremo cuidado ao tratar com essas pessoas, que lutavam pela vida e pela manutenção de seu lar: “Os professores muito bem compreendem, na maioria dos casos, os abusos ou descortesias que com eles se cometem. Mas a secreta amargura de ver a família privada dos meios econômicos para viver, incute-lhes coragem para suportarem as injustiças, em silêncio [...]”. Com relação aos recebimentos financeiros, adverte: “Nunca se entregue aos professores o dinheiro de mão para mão, mas em sobrescrito fechado e no dia e hora prefixos [...]. A pessoa do professor tem de ser para os alunos e para os pais, principalmente na presença dos filhos, inatingível e venerada” (p. 59/60). Há várias recomendações quanto ao trato com os professores e preceptores que deveriam observar os alunos deixados aos seus cuidados pela família: “quando o professor entra, a criança levanta-se e dirige-se a ele, cumprimentando-o e

desembaraçando-o do chapéu, da bengala, do guarda-chuva, etc. Quando se retira, tem de acompanhá-lo até a porta da sala” (p. 59).

Quanto às preceptoras, as indicações são distintas. Estas se colocam acima dos criados na hierarquia familiar, mas não fazem parte da família, pois recebem proventos pelos seus serviços. Vindas de famílias distintas que passam por algumas restrições financeiras, as preceptoras precisam ser sérias, reservadas, comedidas e esforçarem-se para não serem obsequiosas, nem servis em excesso, “simplesmente complacentes e apagadas” (p. 63).

O manual ainda trata dos batizados, primeira comunhão, casamento, viagem de núpcias, rupturas de casamentos ou divórcios, recepções familiares, visitas, vida social, festas, filhos e filhas, o médico da família, os criados, os vizinhos, correspondências para as várias ocasiões e por fim os rituais do falecimento e do luto. Há ainda observações sobre o casamento de aristocráticos, de viúvas, de senhoras de idade, além de regras para casamentos católicos, protestantes e israelitas.

A vida social demandava um sem número de regras a serem seguidas no trato cerimonioso das famílias abastadas. Os dois sexos enquadravam-se em limites rígidos, num espaço onde a alteridade impunha distanciamento e polidez. Protagonismos eram desempenhados no teatro social e familiar os quais alocavam a homens e mulheres um desnivelamento na hierarquia, com indiscutível supremacia masculina. As mulheres deviam ser recatadas, educadas do ponto de vista da cortesia e boas maneiras, versadas nas prendas domésticas e cuidados com os filhos. Emília de Sousa Costa se declara feminista convicta e considera o lar o verdadeiro espaço das mulheres e local sagrado onde deveriam desempenhar a suprema missão da maternidade.

Manual 2. Arte das boas maneiras - Berthe Bernage⁵

O “moderno manual de boa educação e civilidade”, em nova edição atualizada, impresso em 1967, possivelmente escrito entre 1920/30, define as regras de etiqueta nas relações sociais, esmiuçando detalhes do trato da vida cotidiana. Na apresentação assume uma postura voltada para a elite, ao considerar que, “um homem, uma senhora, um adolescente, qualquer que seja a sua categoria social, não deve ignorar estas regras, perfeitamente razoáveis, fundamentadas em bases sólidas – respeito pelo próximo, desejo de ordem social e dignidade pessoal – e não em preconceitos antiquados” (prefácio).

Nas primeiras décadas do século XX, algumas mulheres já trabalhavam fora, mulheres de “todas as idades e condições sociais”, que se deparavam com vários problemas advindos da “mistura dos dois sexos” e precisavam “adotar em muitas circunstâncias, o espírito masculino” (p. 22). Nesse delicado equilíbrio no ambiente do trabalho, deveriam em primeiro lugar ter “cuidado com a sua reputação, que pode ser comprometida pela atitude de um chefe. A *coquetterie* é facilmente encorajada e pode trazer consequências muito desagradáveis” (p. 23). Se a necessidade de trabalhar fora fosse premente, as mulheres poderiam sair dos lares em busca de uma vida profissional, embora se possa acreditar que isso não era muito comum. As relações entre os sexos, na vida social e no trabalho, eram pautadas por uma sólida territorialidade, com limites muito bem demarcados, a serem seguidos por homens e mulheres, em especial para estas, por conta da reputação.

Embora o ideal fosse que possuíssem motorista para a condução do automóvel, muitas mulheres dirigiam seus próprios carros, “uma senhora que conduza no campo tem de aprender a mudar um pneu ou a fazer qualquer pequena reparação por si própria” (p. 256). A boa educação exigia que se o homem que conduzisse estivesse acompanhado por uma senhora, deveria manter a cabeça coberta e dar a volta para abrir a porta para ela. Nas viagens

⁵ Berthe Bernage (1886/1972), escritora francesa, autora de livros para adolescentes e jovens, autora da série Brigitte, iniciada em 1925, com 18 volumes, além de romances e manuais, era lida e traduzida em Portugal.

por mar, senhoras mais jovens usavam calças compridas e camisolas de cor; as mais idosas vestiam vestes de linho branco. Ao jantar, vestidos decotados para elas e *smokings* para eles. Nas festas de pouca cerimônia, as mulheres deveriam colocar trajes discretos e em jantares de gala, vestidos elegantes e decotados; porém, se soubessem antecipadamente que haveria a presença de um clérigo, não deveriam utilizar *toilettes* muito decotadas (p. 72). Mulheres podiam fumar, porém não o deviam fazer em público ou em horário de serviço. Em caso de velórios era obrigatório vestir casaco preto e vestido, com véu a esconder o rosto para os lutos pesados.

No trato social, o costume de beijar a mão era visto com agrado, considerado sinônimo de cortesia e boas maneiras. Para isso havia regras: todos os homens podiam beijar a mãos das senhoras, com exceção dos eclesiásticos e magistrados; “podia-se beijar a mão às senhoras casadas; nunca às meninas solteiras. Contudo pode-se beijar a mão a uma senhora solteira de certa idade”. A boa educação mandava ajoelhar-se ao beijar a mão de um soberano ou prelado e não se esquecer de beijar a pedra do anel dos bispos, por ser testemunho da fé católica e não apenas regra de etiqueta. (p. 45).

Na esfera conjugal, a idade mais adequada para ao casamento para os rapazes era entre vinte e cinco e trinta anos; para as moças entre dezoito e vinte e cinco anos. De preferência deveriam vir de meios sociais semelhantes; se tal não acontecesse era preciso que se atentasse para os possíveis choques advindos de educações díspares. Nos matrimônios já não se considerava pouco natural que ambos os cônjuges contribuíssem para a manutenção da casa. A educação das crianças deveria ser feita num bom colégio interno caso os pais tivessem condições para isso; ao contrário, poderiam optar por escolas oficiais, desde que pudessem estar atentos aos maus companheiros e maus hábitos que poderiam ser adquiridos por estarem expostos à convivência entre as classes sociais. As meninas poderiam fazer cursos superiores e aprender estenografia ou datilografia, pois isso poderia ajudá-las futuramente se houvesse necessidade (p. 159). O manual aborda os tópicos como nascimentos, batizados, casamentos, enterros, festas, entre outros, e ambos os manuais apresentam bastante similaridade entre si.

Manual 3. Manual de civilidade e etiqueta - de Beatriz Nazareth⁶

Neste manual, a civilidade é vista como a arte de se viver bem em sociedade, há uma extensa lista das práticas sociais destinadas a levar a bom termo as regras necessárias para as pessoas de bom gosto e boa educação relacionarem-se de forma elegante. Embora se direcione preferencialmente ao público de elite, ao longo dos capítulos sempre há referências àqueles/as de recursos modestos que nem sempre podem seguir estritamente as regras indicadas.

O capítulo sobre o pedido de casamento, os esponsais, a *corbeille*, as escrituras, formalidades legais e religiosas, o casamento civil e o religioso, as núpcias, bodas de prata e de ouro debruça-se sobre as minúcias desse procedimento, deixando clara a importância do evento na vida da família, em especial para a futura esposa. A posição social e a fortuna, não só do pretendente, mas de ambas as famílias deveriam ser objeto de análise cuidadosa antes de proceder ao compromisso. No caso de conveniência para os dois lados, se firmava o *negócio matrimonial* e era relevante que os dois possíveis esposos se conhecessem por meio de amigos em comum, em lugares públicos, como bailes ou teatro, ou na casa da jovem, sem muita assiduidade da parte do pretendente para manter a discrição e o sigilo sobre tão delicado assunto. Se houvesse simpatia de ambas as partes, “o embaixador do pretendente apresenta-se em *toilette* muito cuidada, mesmo quando é enviado a uma família cuja situação é inferior às suas (p. 25). Nesse encontro, as questões da fortuna, dos interesses dos dois lados são discretamente abordadas, da forma como serão determinadas nas escrituras, onde o pai declara o dote da filha.

Oficializado o pedido, fixava-se o dia dos esponsais, cerimônia muito em uso em Paris e adotada pelas famílias de elite. Nessa festa, que se passava estritamente na família, o noivo era autorizado a enviar seu primeiro *bouquet*, composto de flores brancas, onde deveriam predominar as preferidas da noiva. No jantar oferecido à família do noivo, eram declarados solenemente os

⁶ A 1ª edição data de 1898. O manual foi premiado na Exposição do Rio de Janeiro em 1908. Foi publicada a 10ª. edição em 1919. Não se encontrou maiores referências sobre a autora.

esponsais. Com isso, estava selado formalmente o compromisso entre as famílias e os futuros esposos. Apesar da formalidade do compromisso, a jovem nunca deveria sair em companhia do noivo à rua ou a qualquer compromisso social, a não ser que fosse acompanhada de um parente masculino. Da mesma forma não podia tomar o braço ao noivo em qualquer circunstância.

As escrituras precediam de oito a dez dias a cerimônia do casamento. Nessa ocasião, o noivo enviava à futura esposa a *corbeille*, composta de joias modernas e caras, de acordo com seus recursos: “Em seguida à leitura das escrituras o noivo ergue-se, saúda a sua noiva, assina o ato e passa-lhe a pena. Esta escreve seu nome e depois oferece a pena à mãe do seu noivo, que entrega à mãe da noiva, os dois pais assinam e em seguida os membros das duas famílias fazem o mesmo, tendo preferência os mais idosos” (p. 29).

Após o casamento civil, realizado um dia antes, de preferência, o noivo despedia-se da noiva e só voltavam a se encontrar na hora do casamento religioso. Todos se reuniam na casa da noiva, que deveria aparecer no último momento, em *toilette* branca ou de cor muito clara, tendo na cabeça um diadema de flores de laranjeira para segurar o véu que cobria o rosto. Concluída a cerimônia religiosa, os noivos e famílias recebiam os cumprimentos e a noiva poderia sair da igreja pelo braço do noivo.

A viagem de núpcias não deveria ser realizada imediatamente, conforme costume dos ingleses, mas aproximadamente seis semanas depois. Para os primeiros dias de casados, “o noivo conduz sua esposa ao ninho que lhe preparou, estudando os seus gostos; ou então, são os pais que abandonam, durante alguns dias, a sua própria casa, para deixar os recém-casados em liberdade” (p. 37).

A realização da viagem de núpcias somente algum tempo depois, justificava-se pela necessidade de os noivos desfrutarem em intimidade os primeiros tempos, do que desperdiçarem momentos preciosos em viagens cansativas ou em hotéis sem conforto, evitando assim “espalhar pelo caminho as recordações da lua de mel” (p. 38). Ao regressarem da viagem de núpcias, o casal começava a realizar suas obrigações mundanas em sociedade. Antes disso,

Quando aconteça encontrarem-se, não se deve fazer menção de os reconhecer, a não ser que a eles lhes convenha serem os primeiros a aproximarem-se. Mesmo em tal caso não devemos demora-los, nem falar-lhes de acontecimentos dolorosos, nefastos ou tristes: não se deve perturbar a sua felicidade; tratam-se como aos deuses cuja serenidade feliz ignora o sofrimento, até o dia em que lhes apraz descer à terra, e tornarem-se simples mortais (p. 38).

Nos primeiros anos de casamento a esposa nunca deve sair sozinha para evitar *suposições odiosas*, e nos seus passeios e nas suas visitas deveria sempre se fazer acompanhar pela mãe ou irmã mais velha, ou ainda de *uma amiga de mais idade e de caráter sério*. Nos bailes seria muito inconveniente não ir acompanhada do marido, pais ou irmãos, *seus protetores naturais*.

No capítulo *A Senhora*, as regras de respeito e integridade para as mulheres pautavam seu comportamento, modelando sua imagem por toda a vida. Deveriam ser virtuosas, verdadeiras, bem educadas: “No baile, não se decota extraordinariamente, embora seja a mulher mais bem feita que exista. É claro também que numa praia, não sai da sua barraca para o mar, nem deste para aquela, molhada, apenas com os simples fato de banho. Lança sempre uma capa sobre os ombros” (p. 184). A sua casa deveria espelhar seu caráter, assim como o trato com as visitas; o cuidado dos filhos, sua saúde e instrução deveriam ser motivo de suas preocupações. O marido era objeto de respeito e deferência, o companheiro de sua vida, o qual, em caso de forte desgosto, retorne arrependido ao recesso do lar, pois “se não soube em tempo próprio apreciar o seu tesouro, lhe volte regenerado, compreendendo enfim o que ela vale. Embora desgostosa, não o repelirá, e pensará que ainda existem alguns dias ditosos na sua segunda mocidade” (p. 186). E conclui: “não é talvez completamente feliz, mas não procura consolações reprovadas. Todavia não faz alarde da sua virtude, e ninguém é mais indulgente para com as outras mulheres. Cumpre o seu dever simplesmente, sabe que não existe a felicidade completa e não tem sonhos impossíveis ou, pelo menos, afasta-os” (p. 184).

Algumas considerações

No Brasil, assim como em Portugal, os preceitos que orientavam a educação feminina reproduziam o ideal católico de conceber as mulheres como guardiãs do lar e destinadas para a maternidade. O relacionamento entre os dois sexos nas escolas, nos encontros sociais e atividades similares deveria ser pautado por procedimentos cristãos de moderação e modéstia, supervisionados por pessoal responsável.

O ideal materno acompanhava o protagonismo feminino. O desempenho da maternidade foi tão obsessivamente perseguido na sociedade brasileira que se chegou a discutir na Revista do Professor em 1934, na Seção Ensino e Comentários, que durante a Conferência sobre Educação realizada em Florianópolis, se levantou a tese acerca do matrimônio das professoras. Sob o título de *Podem as professoras convolare ad nupcias?*, o professor Marcos Konder entendeu que não, afirmando: “não se pode ter numa só criatura, a educadora dedicada de que o Estado precisa, e a dona de casa que o marido tem o direito de exigir”, o que foi contestado na resposta de Nelson Silveira Martins, posicionando-se contra o celibato pedagógico: “com que direito o Estado se propõe a formar um exército de mulheres biologicamente incapazes, a quem se veda a maternidade, dando-lhes o encargo de criar, desenvolver e aperfeiçoar as capacidades dos filhos alheios?” Segundo o debatedor, as casadas teriam o juízo assentado e se prestariam melhor para o magistério do que as solteiras que por não terem maridos e, portanto, não serem mães, “ainda andam com a cabeça solta no ar, em procura de quem realize seu destino” (*Revista do Professor*, 1934, p. 29).

Nos manuais não há referências à instrução escolar. Educadas eram as mulheres que sabiam receber convidados, obedecer ao marido, pais e irmãos, vestir-se adequadamente, cuidar bem da família, saber comportar-se em público. Educação não era sinônimo de instrução ou profissionalização, muito menos de possuir um diploma em quaisquer artes ou ofícios. Essa qualidade revelava a aptidão em viver num mundo social impregnado de regras, onde o espaço público era o espelho e comportar-se com adequação era corresponder às normas sociais vigentes. Trabalhar fora, embora socialmente aceito, não era

a regra, mas a exceção. Em vez de conhecer as ciências era mais valorizado saberem francês, serem religiosas, terem habilidades para dirigir a casa, cantar e dançar nos salões e, sobretudo serem inatacáveis moralmente. Na dependência dos homens, do ponto de vista emocional e financeiro, situava-se uma visão de mulheres submissas ao poder masculino; nisso se resumia sua vida e depender de outrem era a essência da feminilidade.

Quais eram as mulheres que transitavam no espaço urbano das três primeiras décadas do século XX em São Paulo e no Brasil? Sua vida profissional se limitava somente ao magistério, sendo lhes interditas outras profissões? Estavam abertas ou cerradas as fronteiras do lar para o espaço público? A raridade das fontes documentais se constitui num empecilho para responder plenamente estas interrogações. Entrecruzar as fontes históricas pode desvendar o cotidiano feminino ao longo do tempo e costurar uma tessitura que indique os vestígios de uma presença que passou despercebida ao longo de décadas, resultado de uma História escrita por homens. Nessa tarefa, obviamente, existem lacunas e descontinuidades, mas é com isso que podemos contar.

Neste trabalho, procurou-se entrecruzar o cotidiano feminino com a educação das mulheres. Verificou-se que, embora a instrução fosse considerada um bem cultural, o real sentido da educação feminina estava voltado para o bom desempenho doméstico e social. A ideia de um diploma para exercerem uma profissão não era particularmente do agrado da família e da sociedade. Os homens as queriam em casa, a sociedade as apreciava pela desenvoltura no trato cotidiano, pela honradez, pela capacidade de procriar. Não se incumbiam diretamente da criação dos filhos e filhas, para isso havia os professores e preceptores, governantas e internatos.

Não há muitos limites geográficos quando se reescreve a História das Mulheres; esta se insere numa categorização que prima pela universalidade no tocante aos padrões culturais discriminatórios. Uma história cuja tônica se insere na vida cotidiana e seus desdobramentos, a qual, na visão dos tempos atuais, se configura como superficial ou fútil. Porém, para a pergunta: será mesmo isso? As *mulheres enclausuradas* a quem se refere Michelle Perrot, assim se consideravam, produto de um tempo que exigia a adaptabilidade a esses

padrões? Sua vida poderia se esgotar nesse mundo cotidiano e ser satisfatória? Justifica-se, pois, uma História do Feminino e não somente feminista. Virtuosas, mães de família, damas de salões, esposas perfeitas, educadas no trato social, puras donzelas, meninas obedientes, assim as queriam e assim elas eram; se a felicidade pessoal se inseria nesse padrão de vida, já é outra história.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.
- BARREIRA, Cecília. *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa (1890/1930)*. Lisboa, Edições Colibri, 1992.
- BERNAGE, Berthe. *Arte das boas maneiras*. Lisboa, Portugal, 1967.
- CALADO, Luciana. *A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*. Estudo e tradução. Doutorado. UFEP, 2006.
- COSTA, Emília de Sousa. *Na sociedade e na família*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.
- NAZARETH, Beatriz. *Manual de civilidade e etiqueta*. Lisboa, Bordaló, 1914.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: mulheres, operários e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- Revista do Professor*. Ano I, n. 1, março de 1934.